

O “despertar” das Américas: o Iluminismo Militar e o projeto de Independência de Simón Bolívar

Lucas Moreira ¹

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)
lucasmoreira.pesquisador@gmail.com

Sandro Teixeira Moita ²

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)
sandrotm@gmail.com

Resumo: Este artigo examina a influência do Iluminismo e do pensamento militar no processo de independência da América Hispânica, com foco particular na visão e liderança de Simón Bolívar. Estabelecendo paralelos com contextos europeus, especialmente a Revolução Francesa, o texto explora como o conceito de nação evoluiu a partir dos ideais iluministas, passando da lealdade tradicional às monarquias para a emergência da soberania popular. A liderança de Simón Bolívar é analisada dentro desse contexto, enfatizando como suas campanhas militares em batalhas como Boyacá, Carabobo e Ayacucho foram impulsionadas por ideais nacionalistas e pelo desejo de uma América Hispânica unificada. O texto apresenta, de forma sucinta, como Bolívar buscou implementar ideias inspiradas pelo Iluminismo, com uma bandeira de “libertador”, mas enfrentou resistência de elites locais e interesses regionais, que fragmentaram seus esforços. O artigo argumenta que os movimentos de independência na América Hispânica não expressam apenas transformações políticas, culturais e econômicas, mas também empreendimentos de natureza militar. Por fim, o estudo buscou deixar uma reflexão sobre o legado e a figura de Bolívar, bem como a natureza multifacetada dos processos de independência na América Hispânica, que combinou princípios filosóficos com as duras realidades da guerra.

Palavras-chave: Pensamentos iluministas. Nação. Soberania popular. Processos de independência. América hispânica.

The "awakening" of the Americas: the Military Enlightenment and the Independence project of Simón Bolívar

¹ Mestrando em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão e licenciado em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Membro pesquisador do Minerva - Grupo de Pesquisa em Conflitos, Estratégia e Inteligência. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5423483476420367>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5496-5447>.

² Professor no Programa de Pós-graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2020). Graduado e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (2007), Especialista em História Militar Brasileira (2011) e Mestre em História (2013) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coordenador do Minerva - Grupo de Pesquisa em Conflitos, Estratégia e Inteligência. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1223210921186615>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4795-3880>.

Abstract: This article examines the influence of the Enlightenment and military thought on the independence process of Hispanic America, with a particular focus on Simón Bolívar's vision and leadership. Drawing parallels with European contexts, especially the French Revolution, the text explores how the concept of the nation evolved from Enlightenment ideals, transitioning from traditional loyalty to monarchies to the emergence of popular sovereignty. Bolívar's leadership is analyzed within this context, emphasizing how his military campaigns in battles such as Boyacá, Carabobo, and Ayacucho were driven by nationalist ideals and the desire for a unified Hispanic America. The text succinctly presents how Bolívar sought to implement Enlightenment-inspired ideas under the banner of a "liberator," yet faced resistance from local elites and regional interests that fragmented his efforts. The article argues that the independence movements in Hispanic America express not only political, cultural, and economic transformations but also endeavors of a military nature. Finally, the study aims to provide a reflection on Bolívar's legacy and figure, as well as the multifaceted nature of the independence processes in Hispanic America, which combined philosophical principles with the harsh realities of war.

Keywords: Enlightenment thought. Nation. Popular sovereignty. Independence processes. Hispanic america.

Introdução

Uma clássica gravura divulgada em julho de 1789, conhecida como “O despertar do Terceiro Estado”, ficou famosa durante as convulsões da sociedade francesa da época por representar, ao mesmo tempo, o espanto da nobreza e do clero e, de modo muito sugestivo, o “despertar” de um plebeu, representando o Terceiro Estado. A gravura logo se popularizou juntamente com o panfleto do clérigo Sieyès, “*Qu'est-ce que le tiers état?*” (O que é o Terceiro Estado)³, e alimentou uma série de insatisfações políticas e culturais que eclodiram na Revolução Francesa.

No entanto, há algo a mais que nos chama a atenção na gravura: o homem que representa o Terceiro Estado, desperta rompendo as correntes que prendiam suas mãos, ao passo que segura, com a outra mão, uma das várias armas que o envolvem no chão. Muito mais do que um espanto pelo despertar de uma consciência política, a gravura é um prelúdio dos eventos que aconteceriam durante a França Revolucionária: uma série de conflitos conduzidos por uma população insatisfeita e armada.

Os motivos que deram início à Revolução de 1789, no entanto, ultrapassaram as dimensões políticas e culturais. As questões militares também influenciaram fortemente os acontecimentos, bem como o modo de condução das guerras revolucionárias. Não somente, as transformações de ordem militar serviram de exemplos para os modelos dos exércitos europeus posteriores e o modo de condução político da guerra por toda Europa. Neste artigo, no entanto, observamos que essas transformações não se limitaram ao Velho Mundo: nas Américas, a emergência da nação e do

³ Ver SIEYÈS, Emmanuel J. **Considerações preliminares sobre o que é o Terceiro Estado?** 1789. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/O%20QUE%20E%20O%20TERCEIRO%20ESTADO%20Sieyes.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.

pensamento Iluminista também influenciaram as instituições militares e o modo de pensar e conduzir a guerra.

Embora a Guerra de Secessão dos Estados Unidos tenha tido grande influência na Revolução de 1789, sobretudo na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o país recém-independente também recebeu influências do estilo revolucionário francês de pensar e conduzir a guerra: La Fayette, primeiro comandante da milícia francesa, a Guarda Nacional, responsável por frustrar a fuga em Varennes da família real, lutou e visitou as terras da América do Norte, inspirando uma milícia nacional inteiramente a serviço da então nação americana, a *National Guard* (De Castro, 1968).

No entanto, a América Latina, em especial a região de domínio espanhol, não havia alcançado ainda sua independência. Foi somente com o início das guerras napoleônicas, que abalaram o poder espanhol, que este processo deu seus primeiros passos. No entanto, até que este processo chegasse a territórios hispânicos colonizados da América, a sociedade europeia passou por profundas transformações políticas, culturais e militares.

Do ponto de vista político, a decadência da nobreza e do Antigo Regime deixou lacunas de poder a serem preenchidas pelos ideais democráticos e republicanos; culturalmente, a emergência do cidadão e, principalmente, da comunidade política “nação”, reformulou os valores de legitimidade do poder, migrando a velha servidão religiosa do súdito, para a obediência racionalizada do “cidadão” à lei; e, por fim, militarmente, o *esprit philosophique* do Iluminismo buscou, ao mesmo tempo, racionalizar e amenizar os efeitos da guerra, tornando-a uma ferramenta política mais “civilizada” e indesejada, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, nutriu-se grandemente do nacionalismo emergente para mobilizar um grande número de homens para o campo de batalha (Pichichero, 2017). Entrava o declínio da guerra entre nobres e o começo da guerra entre os Estados Nacionais.

Neste artigo, analisamos brevemente essas transformações, ressaltando como elas influenciaram os projetos militares de independência na América Hispânica, a partir dos anseios políticos de Simón Bolívar. Para tanto, iniciamos apresentando os processos de transformação da guerra a partir da influência do pensamento Iluminista, num processo que a historiadora Pichichero (2017) chamou de Iluminismo Militar. Exploramos como a ideia de “nação” serviu para os interesses militares e expansionistas, tanto para os revolucionários franceses, quanto para as lideranças emancipatórias da Independência da América Hispânica, como Simón Bolívar. Por fim, nos debruçamos um pouco mais sobre o projeto de Independência da América Hispânica, liderado por Simón Bolívar, bem como sobre suas principais inspirações e motivações políticas e militares.

A guerra “Iluminada”

A guerra é um fenômeno social que dominou boa parte da história europeia. A Guerra dos Nove Anos (1688-1697), Guerra da Sucessão Espanhola (1701-13/14), Guerra da Sucessão Polonesa (1733-35/38), Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748), Guerra dos Sete Anos (1756-1763), entre outras, são alguns dos exemplos que revelam a importância dos estudos sobre o fenômeno da guerra na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Só na França, por exemplo, entre 1672 e 1783, o Exército Real esteve 50 anos envolvido em conflitos com as grandes potências europeias (Pichichero, 2017).

A guerra possuía, portanto, uma primazia nos problemas políticos, e ao longo dos séculos XVIII e XX passou a tomar proporções inéditas na humanidade. Em outras palavras, se hoje, as guerras ao redor no mundo nos surpreendem de tal modo que nos parece revelar um futuro incerto e tenebroso, no século XVIII, por exemplo, ela era um instrumento comum e, muitas vezes, considerado “necessário e inevitável” (Pichichero, 2017).

No entanto, a guerra era um tema exclusivo da aristocracia. Os exércitos eram, quase por inteiro, compostos por nobres oficiais (Osman, 2010). A camada popular que poderia exercer a atividade militar não desfrutava dos retornos econômicos e, sobretudo, simbólicos que a guerra trazia. Em outras palavras, a honra, a bravura e o reconhecimento eram exclusividade da nobreza militar, ao passo que as tropas mercenárias eram hostilizadas, mal pagas e recorrentemente se envolviam em situações de espólios e revoltas (Osman, 2010).

Uma série de eventos tornou a guerra no século XVIII um tema público, em que filósofos e burgueses passaram a se tornar agentes menos passivos. Dentre esses eventos, podemos destacar a experiência da Independência Americana e, sobretudo, do pensamento Iluminista. A perda para os ingleses na guerra dos Sete Anos trouxe profundas inquietações para a nobreza militar francesa, e também para os filósofos franceses, que passaram a pensar e se manifestar sobre o fenômeno da guerra e seus efeitos para a humanidade. Assim, o que antes era um assunto exclusivo da nobreza militar, tornou-se uma questão cada vez mais popular (Pichichero, 2017).

Voltaire declarou que a guerra era um “flagelo inevitável” (Voltaire, 2001). Hobbes (1998) a via como um traço da violenta natureza humana, fruto da liberdade individual. Kant (2008) propôs acordos para que esta natureza fosse freada, e a humanidade alcançasse um projeto de paz duradoura. Rousseau (1973), por sua vez, reconheceu que a guerra era um fenômeno entre comunidades políticas, e não entre indivíduos isolados, e que, portanto, não dependia de uma natureza humana hostil, mas de um modelo político mais adequado à vontade da maioria (vontade esta que não via benefícios algum com as guerras, até então). De qualquer forma, todos esses pensadores iluministas debateram a natureza e o caráter da guerra, e concordaram que, inevitável ou não, seus males poderiam ser, no mínimo, atenuados (Pichichero, 2017). Este é o argumento da historiadora Christy Pichichero (2017) ao analisar como o Iluminismo influenciou a guerra durante o século XVIII. Neste sentido, a autora

reconheceu uma espécie de “Iluminismo Militar”, que adentrou nas instituições militares da época e racionalizou a noção de guerra.

Assim, muito mais do que homens no campo de batalha para mostrar sua bravura ao rei, a guerra passou a ser vista como um instrumento político, cujos danos deveriam ser, preferencialmente, atenuados. Além dos danos à “humanidade”, noção largamente utilizada pelo Exército Real Francês na época, a guerra era uma ação economicamente indesejável. Como declarou uma vez o militar italiano Raimondo Montecuccoli, “São três as coisas necessárias na guerra: dinheiro, dinheiro, dinheiro!”, revelando o alto custo para a mobilização das campanhas e manutenção das tropas. No entanto, até o processo de racionalização trazido pelo pensamento iluminista, a guerra era uma prática que rendia mais em termos simbólicos, como honra e poder, do que em termos econômicos. Como demonstrou Lynn (1997), era mais vantajoso para um comandante de tropa endividar-se com um exército caro para se manter na alta aristocracia, do que com ele obter lucros econômicos. É neste contexto em que a burguesia ganha destaque como principal financiadora dos conflitos armados (Anderson, 1974).

No entanto, o mais interessante a se destacar deste Iluminismo Militar é sua influência no campo de batalha. Segundo Pichichero, “vários aspectos da cultura da guerra e da mentalidade em relação a ela fizeram da esfera militar um dos principais focos do Iluminismo francês” (Pichichero, 2017, p. 4, tradução nossa⁴). Segundo a autora, houve um engajamento militar em abraçar o *esprit philosophique* da época. Em outras palavras, as lideranças militares passaram a pensar a guerra de maneira crítica e racional, e, portanto, como um flagelo à humanidade, devendo ser evitada ou minimizada, mas, acima de tudo, “civilizada” (Pichichero, 2009).

Neste sentido, a guerra passou a ser compreendida como uma noção esclarecida da ação humana, e não mais como atos meramente agressivos e de barbárie. Um ponto central neste debate é a ideia de “nação”. Os ideais humanistas do Iluminismo substituíram a figura submissa do “súdito” pela liberdade do “cidadão”; da soberania real pela soberania popular, e foi a “nação”, materializada pela lei, quem ocupou o centro de lealdade desta nova comunidade política. Neste sentido, a “razão iluminista” do século XVIII encontrou na “nação” uma “comunidade imaginada” (Anderson, 2009), cujos sujeitos daquele contexto, lhe atribuíram certos valores que eles mesmos fundaram e no qual eles próprios acreditavam, como as ideias republicanas e democráticas.

No campo de batalha, a velha devoção religiosa e tradicional foi substituída pela lealdade à nação. Neste contexto, a ideia de “soberania” ganhou novas conotações: a soberania deixou os palácios e a figura dos reis e foi para o povo. A soberania popular passou a legitimar as instituições

⁴ Texto original: “Several aspects of the culture of war and the mentality toward it made the military sphere a main flash point of the French Enlightenment”.

políticas, e as monarquias tornaram-se modelos não só repulsivos como, também, antagônicos aos anseios populares. Conforme Knox (2022), “A Revolução varreu a velha nação de reis, nobres e Igreja e criou, com espantoso derramamento de sangue, uma nação nova de cidadãos teoricamente livres e iguais perante a lei e a guilhotina”. (Knox, 2022, p. 87). Assim, como declarou Clausewitz sobre o novo modelo de exército que se inaugurou a partir da Revolução, “O povo passou a tomar parte nas guerras. Em vez dos governos e dos exércitos, como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança” (Clausewitz, 1984, 701).

Em suma, o Iluminismo Militar deu novos significados à guerra e seus usos. Na Europa, forjou exércitos nacionalistas que foram utilizados como instrumentos políticos, permitindo o fim do poder monárquico e o estabelecimento das repúblicas. Nas Américas, essas influências apresentaram um caráter emancipatório. Diferentemente do contexto europeu, em que a nobreza dominava os sistemas políticos e as instituições militares, nas Américas o que existia era uma relação de dominação e dependência. Quer dizer, enquanto na Europa o rei governava sobre seus súditos, nas Américas o que haviam eram povos colonizados ou escravizados. Nas Américas, a ruptura com a monarquia não significava simplesmente o alcance da “maioridade” esclarecida, nos termos kantianos, mas uma conquista real da liberdade, contra a sujeição ao poder estrangeiro da península.

Os processos de independência devem muito, portanto, à noção iluminista de “nação”, bem como às ideias de liberdade e soberania inerentes a ela. A expressão “despertar” pode ser pensada, neste sentido, como um efeito multifacetado dos ideais iluministas que ultrapassaram os limites do Velho Mundo e fortaleceram o desejo independente e autônomo de grupos colonizados insatisfeitos com suas situações de subalternidade.

O projeto militar de Simón Bolívar durante os processos de Independência da América Hispânica

Eu não estou animado do espírito de conquista. Trato de conservar o exército, porque sem ele não poderei obter paz honrosa e duradoura [...] A Espanha só cede à força (Bolívar, 1883).

Marx escreveu, analisando a tomada do poder de Luís Bonaparte, na França, através de um golpe comparável ao de Napoleão, que, conforme descreveu Hegel, “todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes” (Marx, 2011, p. 25). Mas continua afirmando que o filósofo “[...] esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (*Ibid.*). Neste caso, ao que parece, Bolívar não tentou simplesmente repetir a tragédia napoleônica, mas realizá-la, pela primeira vez, em território americano.

José de San Martín⁵ e Simón Bolívar⁶ são duas figuras militares importantes que participaram dos processos de independência da América Hispânica. Seus ambiciosos projetos de emancipar a região latina do domínio espanhol deram início a uma série de fragmentações e lutas políticas que formaram os Estados Nacionais que compõem, atualmente, a América Latina (Pimenta, 2017). Neste momento, enfatizamos o projeto de unificação de Bolívar, ou “*El Libertador*”, alcunha que recebeu pelas lutas que liderou para romper com os laços de dominação com a Espanha, num momento favorável das guerras napoleônicas (Pimenta, 2017). Por outro, o “*Libertador*” também revelou traços de uma figura autoritária, com ambições imperialistas, o que o torna uma figura controversa e, portanto, muito disputada na literatura acadêmica.

De um ponto de vista mais amplo, as campanhas militares que Bolívar iniciou não estavam descoladas de um contexto minimamente favorável. Quando o então imperador francês Napoleão Bonaparte iniciou seus projetos expansionistas pela Europa, a Espanha logo foi invadida. Em 1808, Bonaparte invadiu a Península Ibérica e tornou seu irmão, José Bonaparte, rei de Espanha, num processo político que enfraqueceu o poder espanhol nas colônias americanas (Pimenta, 2017).

Ao analisar a queda do Antigo Regime, Tocqueville declarou que: “Quase toda a Europa teve precisamente as mesmas instituições e estas instituições caíam em ruínas por toda parte” (Tocqueville, 1997, p. 63). O projeto expansionista de Napoleão era, além de um meio para aumentar o poder francês frente às ameaças inglesas, uma espécie de “caça às velhas monarquias”. Valendo-se das ruínas do Antigo Regime e das perseguições que a aristocracia europeia enfrentava, Bolívar avançou em seu projeto de tornar a América Hispânica livre do poder espanhol. No entanto, seus planos contavam com o uso da violência física, isto é, de um exército de conquista (Pimenta, 2017).

Por outro lado, no ponto de vista de um líder militar inserido num contexto de revoluções populares e repulsa às monarquias, Bolívar vislumbrou de perto a figura de Bonaparte, e o tinha como um exemplo de liderança. Sua admiração ao militar francês ficou evidente em suas reflexões escritas no livro *Diário de Bucaramanga*⁷ (2009), do general francês Luis Peru Delacroix, que combateu junto a Napoleão e ao próprio Bolívar em batalhas contra exércitos reais das monarquias europeias. Embora teça críticas à ambição do líder militar francês, Bolívar revela, em segredo, sua admiração e cautela à imagem de Napoleão, uma vez que, segundo ele, seus inimigos políticos poderiam acusá-lo de tirania e de formar uma aristocracia militar na América do Sul:

⁵ José de San Martín (1778–1850) foi um dos principais líderes das guerras de independência da América do Sul, conhecido como o “*Libertador do Sul*”.

⁶ Simón Bolívar (1783–1830), conhecido como o “*Libertador*”, foi um dos mais importantes líderes das guerras de independência da América do Sul contra o domínio espanhol. Nascido em Caracas, na Venezuela, Bolívar foi influenciado pelos ideais iluministas, que moldaram sua visão política e seu compromisso com a liberdade e a soberania dos povos latino-americanos.

⁷ O *Diário de Bucaramanga*, de Louis Peru de Lacroix, é um registro de conversas e reflexões de Simón Bolívar durante sua estadia em Bucaramanga, na Colômbia, em 1828.

Todo esto há sido y es aun necesario p^a. mi, aunq^e. mi opinion sea diferente; pero tengo que ocultarla y disfrazarla, p^a. evitar que se establezca la opinion que mi politica es imitada de la ‘de Napoleon; que mis miras y proyectos son iguales á los suyos; que como el quiero haceme emperador ó rey; dominar la America del Sur como há dominado la Europa: todo esto no habrian faltado de decirlo si hubiera hecho conocer mi admiracion y mi entusiasmo p^a. con aquel grande hombre. Mas aun hubieran dicho mis enemigos: me habrian acusado de querer crear una nobleza y un estado militar igual al de Napoleon, en poder, prerrogativas y honores. No duda V. de que esto hubiera sucedido si yo me hubiera mostrado, como lo soy, grande apreciador del heroe Frances; si me habian oido elojiar su politica; hablar con entusiasmo de sus victorias; preconizarlo como el primer capitan del Mundo, como hombre de estado, como filosofo y como sabio. Todas estas son mis opiniones sobre Napoleon, pero gran cuidado he tenido y tengo todavia en ocultarlas.—El diario de Santa Helena; las campañas de Napoleon y todo lo que es suyo es p^a. mi la lectura la mas agradable y la mas provechosa: es donde debe estudiarse el arte de la guerra, el de la politica y el de gobernar” (Napoleão, em *Diário de Bucaramanga*, Delacroix, 2009, p. 160-161).

Portanto, não é à toa que seu projeto de unificação da América Hispânica pode facilmente ser comparado ao projeto de Bonaparte na Europa, ainda que Bolívar tenha tentado distanciar-se de uma acusação ambiciosa por seus inimigos. Ainda, há outras algumas ressalvas sobre esta comparação: enquanto Bonaparte e seu exército de cidadãos soldados buscaram suas motivações num desejo de engrandecer a emergente “nação francesa” e expurgar todos os resquícios dos privilégios da aristocracia do Antigo Regime, Bolívar mobilizou sua campanha levantando uma bandeira diferente e aparentemente mais convincente: a liberdade das colônias espanholas (Pimenta, 2017).

Essa causa parecia tão mais justificável que, anos antes da experiência francesa de 1789, levou a sangrenta Guerra de Secessão, no norte da América, na qual os nativos norte-americanos expulsaram os ingleses e unificaram-se, dando origem aos Estados Unidos da América. Bolívar declarou que “a filosofia do século, a política inglesa, a ambição da França e a estupidez da Espanha, reduziram subitamente a América a uma órfã absoluta e a constituíram indiretamente em um estado de anarquia passiva⁸” (Bolívar, 1888, p. 55), justificando que a independência das Américas era a única maneira de escapar dos problemas causados pela dominação europeia.

Todos esses eventos, contemporâneos a Bolívar, pareciam favoráveis à mobilização de sua campanha militar para a unificação da América Hispânica e, para tanto, seria preciso, primeiro, expulsar os espanhóis e, segundo, tomar os territórios colonizados por eles. Essa tarefa só poderia ser realizada à força, através de um exército forte (Bolívar, 1883). Assim, da mesma forma que a nação francesa emergiu das armas e quebrou seus grilhões de dominação que a prendia à velha aristocracia, o “despertar” da “iminente nação” latino hispânica só seria possível através da guerra.

Vale destacar que a ideia de “nação” exerceu um papel muito poderoso nos processos de emancipação política que eclodiram a partir do século XIX. Num espaço dominado pela aristocracia, como no Antigo Regime, o apelo nacional não encontrava força. Como vimos, é a partir das ideias iluministas que a “nação”, juntamente com a ideia de “cidadão” ganharam uma conotação próxima

⁸ Texto original: “La filosofía del siglo, la política- inglesa, la ambición de la Francia y la estupidez de España, redujeron súbitamente á la América á una absoluta orfandad y la constituyeron indirectamente en un estado de anarquía passiva”.

da que conhecemos hoje. O apelo de Bolívar em suas campanhas possuía um caráter estritamente nacionalista (Bolívar, 1883). Com ele, as ideias de soberania e, sobretudo, de liberdade, justificaram seu ambicioso projeto de unificação de quase toda a América Hispânica, mas, em suas palavras, seu projeto não possuía um “espírito de conquista” (*Ibid.*), sua bandeira era de um “libertador”. Em suas próprias palavras, Bolívar afirma que “os verdadeiros amigos da independência americana e de sua prosperidade e engrandecimento, também me pediram para fazer este novo sacrifício⁹” (Bolívar, 1888, p. 340), qualificando como “sacrifício” sua “missão libertadora”.

Se suas intenções eram ou não imperialistas, é certo que o militar avançou bastante em sua campanha militar. Marx (1858), por exemplo, retratou as ações do militar venezuelano como despotismo, o acusando de utilizar códigos de conduta semelhantes ao de Napoleão. De fato, inicialmente, os planos de Bolívar incluíam um projeto “ousado” de unificação dos povos da América do Sul, mas que não se tornaram reais por conflitos internos, sobretudo entre grupos regionais (Pimenta, 2017). Dentre eles, a Guerra da Cisplatina¹⁰, que quase colocou Bolívar e o Brasil em combate, principalmente pela política conservadora e monárquica que o Brasil adotava, em contraste com a visão política republicana do militar venezuelano.

De modo geral, Bolívar obteve alguns êxitos em suas campanhas militares por independência e/ou conquista: a independência dos territórios como a Venezuela e o Equador, deu origem, em 1821, a Grã-Colômbia, seu projeto nacional revolucionário inspirado nas lutas anticoloniais, como na América do Norte¹¹ e no Haiti¹², e na vultosa Revolução de 1789, com seus ideais Iluministas que trouxeram à tona a ideia de “nação” e o “espírito nacionalista” aos novos exércitos que se forjariam posteriormente.

Seu projeto de manter a unidade e a independência da Grã-Colômbia, em suas próprias palavras, o “forçava” à conquista (Bolívar, 1883). No entanto, outros conflitos ofuscaram o projeto de Bolívar de unificar o território sul americano. Segundo Pimenta (2017), o enfraquecimento do poder espanhol em suas colônias favoreceu uma série de lutas entre as elites *criollas* locais, que buscaram manter os resquícios dos privilégios que detinham. Essas resistências dificultaram qualquer processo de unificação e centralização política e militar (*Ibid.*)

⁹ Texto original: “Los amigos verdaderos de la independencia americana y de su prosperidad y engrandecimiento, también me han pedido que hiciese este nuevo sacrificio”.

¹⁰ A Guerra da Cisplatina (1825–1828) foi um conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pela posse da região da Cisplatina, atual Uruguai. As divergências de modelo de governo e as disputas territoriais, como na Cisplatina, colocaram Bolívar em oposição indireta ao Brasil.

¹¹ Referência à Guerra de Independência dos Estados Unidos.

¹² Influenciada pelos ideais iluministas e pela Revolução Francesa, a Revolução do Haiti (1791–1804) foi uma revolta de escravizados que resultou na fundação de um Estado independente governado por ex-escravizados, tornando-se a primeira república negra do mundo e o segundo país independente nas Américas, após os Estados Unidos.

Sobre as campanhas militares de Bolívar, em 1819, na Batalha de Boyocá, sua vitória contra os espanhóis do Exército Real, em Nova Granada, possibilitou a criação da República da Colômbia. Em 1821 ele liderou seu exército nacionalista na Batalha de Carabobo, possibilitando a independência da Venezuela, e logo após, a região de Caracas. Ao lado de Antonio José de Sucre¹³, o exército nacionalista bolivariano combateu as tropas Reais da Espanha em duas grandes batalhas, Batalha de Junín e Batalha de Ayacucho, entre 1822 e 1824, o que resultou, respectivamente, nas independências do Peru e da Bolívia (Pimenta, 2017).

Assim como as lutas revolucionárias francesas, os processos de independência da América Hispânica foram, em geral, conquistados por batalhas. Diferente das guerras do Antigo Regime, travadas entre nobres e motivadas por interesses aristocráticos, as guerras de independência, quase sempre, expressaram uma busca por reconhecimento enquanto comunidade política autônoma, isto é, uma “nação”. Nas palavras de Anderson, essas comunidades políticas imaginadas possuíam um forte apelo fraterno, aproximando indivíduos distantes e gerando uma espécie de “sentimento de união e igualdade” entre eles (Anderson, 2009).

Vale destacar, que a “nação” é uma invenção do século XVIII (Elias, 2006), de ideias Iluministas e de processos políticos, culturais e econômicos mais amplos. Embora a gravura de 1789 represente o Terceiro Estado numa situação de “despertar”, transformações sociais ocorrem, quase sempre, como produtos de intervenções humanas. Neste sentido, entendemos aqui que “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem” (Gallner, 1964, p. 169). A Revolução e seus ideais Iluministas inventaram a “nação”, e logo a Europa a adotou como um modelo de legitimidade de poder. Bolívar buscou nestes ideais formular um espírito militar nacionalista que fosse tão implacável como o fora na França, de Napoleão, e assim fundamentar seu projeto de independência. Mas o contexto político, cultural e econômico da América Hispânica eram outros, e dificultaram os projetos do militar venezuelano.

No entanto, Bolívar conquistou, em nome da “liberdade” que evocava, a ruptura política com a Espanha em muitos países da América Hispânica. Não somente, levou em suas campanhas militares os ideais republicanos para quase toda a América do Sul. Embora continue sendo uma figura controversa, os exemplos de independência na América Hispânica revelam como a guerra foi um importante instrumento de ruptura com a velha administração monárquica europeia. Ainda, que o pensamento Iluminista influenciou diferentes instituições e noções, durante e após o século XVII, como a própria imagem da guerra e de modelos dos exércitos ocidentais. De modo geral, segundo

¹³ Antonio José de Sucre (1795–1830) foi um militar e estadista venezuelano mais conhecido como o "Grande Marechal de Ayacucho". Foi um dos principais líderes das guerras de independência da América do Sul, lutando ao lado de Simón Bolívar.

Fredrigo (2007, p. 311), “a guerra caracterizou e deu visibilidade ao processo de independência na América”.

Considerações Finais

O processo de independência da América Hispânica representa a complexidade de um contexto histórico marcado pela influência das ideias iluministas e por mudanças sociais e políticas profundas. A partir da figura de Simón Bolívar, observamos como o Iluminismo influenciou não apenas a concepção de nação e soberania, mas também a forma como as guerras foram conduzidas e justificadas.

A emergência do conceito de nação, fundamentado em valores republicanos e democráticos, foi central para mobilizar as populações locais contra o domínio colonial espanhol. Essa ideia substituiu a tradicional lealdade ao rei pela soberania popular, fomentando um sentimento de unidade e autonomia que ultrapassou as barreiras europeias. Bolívar, a partir de uma perspectiva militar, valeu-se desse contexto para liderar campanhas militares que culminaram na independência de vários Estados Nacionais na América Latina.

Destacamos, no entanto, que esse processo de unificação e emancipação enfrentou grandes desafios. A fragmentação política, os interesses regionais das elites *criollas* e as disputas internas dificultaram a consolidação de seus projetos de unificação. Apesar disso, Bolívar conseguiu, por meio de vitórias decisivas como as batalhas de Boyacá, Carabobo, Junín e Ayacucho, estabelecer a independência de países como Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

Por fim, o artigo enfatizou que o “despertar” das nações na América Hispânica foi um processo multifacetado, valendo-se de um grande apelo militar. Embora os ideais de Bolívar de unificação continental não tenham sido plenamente realizados, sua liderança deixou um legado duradouro para toda a América do Sul, consolidando a ideia de nação e soberania popular como pilares das novas repúblicas.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDERSON, Perry. **Linhas de desenvolvimento do absolutismo europeu**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- BOLÍVAR, Simón. **Cartas del Libertador**. Publicadas por ordem do General Guzmán Blanco. Caracas: Imprenta y Litografía del Gobierno Nacional, 1883.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**: edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton: Princeton University, 1984.
- DE CASTRO, Jeanne Berrance. As milícias nacionais. **Revista de História**, v. 36, n. 74, p. 377-389, 1968.
- ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Organização e apresentação: Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort; tradução textos em inglês: Sérgio Benevides; textos em alemão: Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês: João Carlos Pikkappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana. In: **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.293-314, Jul/Dez 2007.
- GALLNER, Ernest. **Thought and Change**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.
- HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Tradução e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua**. Tradução de Artur Morão. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- KNOX, MacGregor. Política das massas e nacionalismo como revolução militar: a Revolução Francesa e subsequência. In: KNOX, MacGregor; MURRAY, Williamson. (Orgs.). **A evolução da arte da guerra**: das guerras medievais aos ataques relâmpago, 1300-20500. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.
- LACROIX, Luis Perú de. **Diario de Bucamaranga**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009.
- LYNN, John A. **Giant of the grand siècle**: The French Army, 1610–1715. Cambridge University Press, 1997.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. Simón Bolívar. In: _____. The New American Cyclopaedia, volume III, 1858. Escrito entre dezembro de 1857 e janeiro de 1858. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1858/mes/bolivar.htm>. Acesso em: 23 jan. 2025.
- OSMAN, Julia. **The citizen army of old regime France**. 2010. Tese de Doutorado. The University of North Carolina at Chapel Hill.

PICHICHERO, Christy. Moralizing War: Military Enlightenment in Eighteenth-Century France. In: LORCIN, P. M. E.; BREWER, D. (eds). **France and Its Spaces of War**. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 13-27.

PICHICHERO, Christy. **The Military Enlightenment: War and Culture in the French Empire from Louis XIV to Napoleon**. EUA: Cornell University Press, 2017.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **La independencia de Brasil y la experiencia hispanoamericana: (1808-1822)**. Santiago: DIBAM, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. In: _____. **Os pensadores**. Vol. XXIV. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. Trad.de Yvonne Jean. – 4º ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1997.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000022.pdf>. Acesso em: 26 de janeiro de 2025.

Recebido em: 05/01/2025

Aprovado em: 28/02/2025